



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

470 anos do 2º Governo Geral do Brasil com Duarte da costa - 460 anos do Armistício de Iperoígue - 400 anos do início da penetração de Bento Parente, Pedro Teixeira e Luis Aranha pelo rio Amazonas e fundação dos fortes de Desterro e Gurupá - 380 anos da criação do Conselho Ultramarino em Portugal - 320 anos do Tratado de Methuen - 270 anos do início da construção do Forte Jesus Maria José de Rio Pardo - 260 anos da elevação do Brasil a Vice-Reino - 220 anos do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva - 200 anos das vitórias nas guerras de independência (BA, MA, PI, PA e Cisplatina) - 180 anos do início das operações de Caxias contra a Revolução Farroupilha - 170 anos do rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra em função da Questão Christie - 120 anos da ocupação do Acre pelo Brasil - 100 anos da Revolução de 1923 no RS - 80 anos da criação da FEB - 50 anos do Acordo de Itaipu com o Paraguai

ANO 2023

SETEMBRO

Nº 437

História da Internet: quem criou e quando surgiu



Escrito por Thiago Souza - Professor de História

A **história da internet** começa no ambiente da Guerra Fria (1945-1991). As duas superpotências envolvidas, Estados Unidos e União Soviética, estavam divididas nos blocos socialista e capitalista e disputavam poderes e hegemonias.

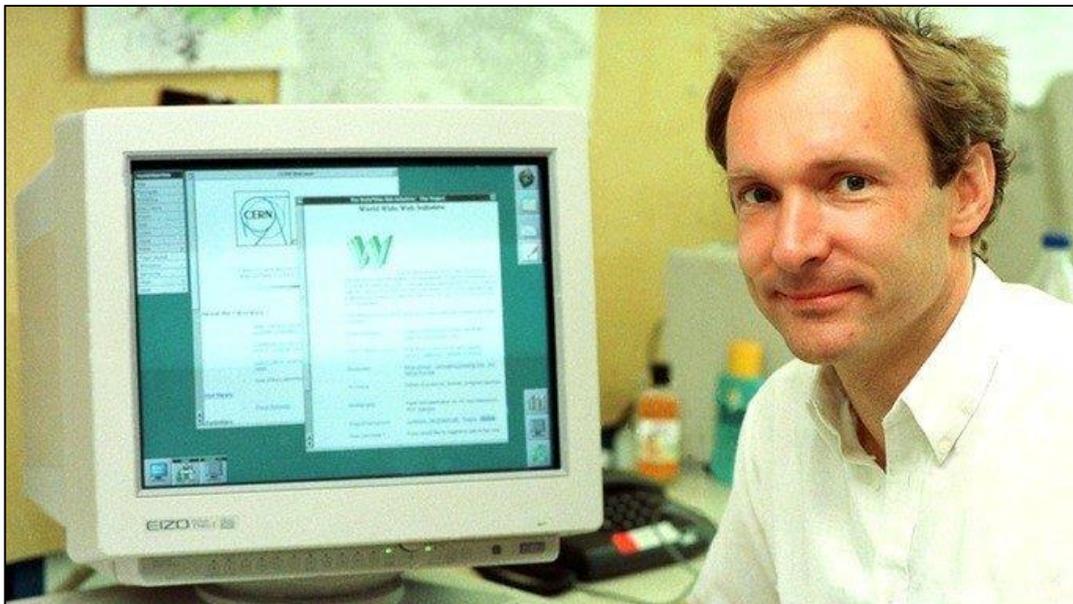
A Arpanet e a origem da internet

Com o intuito de facilitar a troca de informações, pois temiam ataques dos soviéticos, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (ARPA - *Advanced Research Projects Agency*) criou um sistema de compartilhamento de informações entre pessoas distantes geograficamente, a fim de facilitar as estratégias de guerra.

Nesse momento, surge o protótipo da primeira rede de internet, a Arpanet (*Advanced Research Projects Agency Network*).

Assim, no dia 29 de outubro de 1969 foi estabelecida a **primeira conexão** entre a Universidade da Califórnia e o Instituto de Pesquisa de Stanford. Foi um momento histórico, uma vez que o primeiro e-mail foi enviado.

Criação do www



Tim Berners-Lee, criador da World Wide Web

Já na década de 90, o cientista, físico e professor britânico Tim Berners-Lee desenvolveu um navegador ou *browser*, a *World Wide Web* (www), a Rede Mundial de Computadores - Internet.

Sua criação é responsável por apresentar ao mundo o modo como utilizamos a internet atualmente. Portanto, apesar de não ter sido o inventor da conexão entre computadores geograficamente distantes (a já citada Arpanet), foi o britânico quem desenvolveu o modelo que acessamos cotidianamente.

A partir disso, a década de 90 ficou conhecida como o "boom da internet", pois foi quando ela se popularizou pelo mundo.

Essa popularização aconteceu com o surgimento de novos browsers ou navegadores e o aumento do número de usuários, navegadores da internet.

Exemplos de navegadores da época:

- Internet Explorer;
- Netscape;
- Mozilla Firefox;
- Google Chrome;
- Opera;
- Lynx.

Diante disso, ocorreu uma grande proliferação de sites, chats, redes sociais, como Orkut, Facebook, MSN e Twitter, tornando a internet a rede ou teia global de computadores conectados.

Alguns estudiosos acreditam que a Internet foi um marco importante e decisivo na evolução tecnológica. Isso porque ultrapassou barreiras ao aproximar pessoas, culturas, mundos e informações.

Fato este que, segundo eles, não acontecia desde a chegada da televisão, na década de 50.

Hoje em dia, a Internet é utilizada mundialmente como ferramenta de trabalho, diversão, comunicação, educação, informação. Por isso, é comum ouvir: "eu não vivo sem internet".

Além disso, pelo fato de os impostos serem menores, muitos produtos são comercializados em sites de compras.

Internet no Brasil

No Brasil, a Internet surgiu no final da década de 80, quando as universidades brasileiras começam a compartilhar algumas informações com os Estados Unidos.

Entretanto, foi a partir de 1989, quando se fundou a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que o projeto de divulgação e acesso ganhou força.

O intuito principal era difundir a tecnologia da Internet pelo Brasil e facilitar a troca de informações e pesquisas.

Em 1997, criou-se as "redes locais de conexão" expandindo, dessa forma, o acesso a todo território nacional.

Em 2011, segundo dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, aproximadamente 80% da população teve acesso à internet. Isso corresponde a 60 milhões de computadores em uso.

@@

Os irmãos Hammond: dois brasileiros que morreram na 1ª Guerra Mundial

Vivaldo José Breternitz (*)

Walter John Hammond nasceu na Inglaterra em 1849 e em 1871 chegou ao Brasil, mais precisamente à cidade paulista de Jundiaí, para trabalhar como engenheiro na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que estava expandindo suas linhas rumo ao oeste paulista.

Hammond ficou famoso não apenas como profissional, mas também por suas preocupações com a melhoria das condições sociais dos trabalhadores e por sua luta contra a escravatura - levava a sério as regras vigentes na época, que previam que escravos ao adentrarem nas terras concedidas à ferrovia tornavam-se propriedade da mesma e não podiam mais serem capturados, o que na prática significava liberdade.

Suas realizações foram reconhecidas por Dom Pedro II, que o condecorou com a Ordem da Rosa, uma importante honraria - após 21 anos no Brasil, retornou à Inglaterra.

Casado com Lucy Hammond, teve três filhos nascidos em Jundiaí que lutaram pela Inglaterra na 1ª Guerra Mundial, na qual os dois mais velhos, Paul e Leonard, morreram em 1916.

Paul Hammond nasceu em 28 de outubro de 1884 e morreu na França, durante a primeira batalha do Somme, em 25 de fevereiro de 1916.

As batalhas do Somme foram das mais sangrentas da Primeira Guerra Mundial: mais de 1,2 milhão de mortos e feridos.



Capitão Paul Hammond

Paul estudou engenharia de minas na Universidade de Freiberg, na Alemanha. Formado em 1907, trabalhou na área no Uruguai e nos estados de São Paulo e Bahia; em seguida voltou a Londres e passou a atuar como consultor na área de mineração.

Juntou-se ao exército inglês tão logo a guerra começou, chegando ao posto de capitão e ao morrer atuava como "acting major"; (um capitão que ocupa temporariamente o posto de major).

Em 17 de fevereiro de 1916, na área de Foncquevillers, foi atingido na coxa por uma bala perdida, no momento em que deixava uma trincheira. Comandava uma companhia do 8º Batalhão do East Lancashire Regiment.

A bala causou uma fratura exposta; foi operado, mas contraiu pneumonia, vindo a falecer. Foi sepultado no cemitério de Étretat, próximo ao local onde foi ferido.

Sua morte foi profundamente lamentada por seus companheiros de armas, tendo sido elogiado pelo Marechal Sir Douglas Haig, que comandava as tropas inglesas na França.

Seu irmão, o Tenente Leonard Hammond morreu em Demuin, na França, em 5 de julho de 1916, aos 27 anos.

Leonard pertencia ao 10º Batalhão do Duke of Wellington's Regiment (West Riding Regiment). Seu corpo está sepultado no Cemitério Militar de Becourt, não longe de onde morreu, durante outra das batalhas do Somme.

Leonard estudou na Inglaterra na Tonbridge School (onde se destacou jogando críquete) e posteriormente na Universidade de Louvain, na Bélgica.



O mais jovem dos irmãos Hammond, também lutava na França, no posto de capitão. Após a morte de Paul e Leonard, foi transferido de volta para a Inglaterra, onde serviu até o final da guerra.

Esse irmão estudou na Universidade de Westminster, onde se destacou como jogador de futebol.

(*) Vivaldo José Breternitz, Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor da FATEC SP, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas.

#####

Designação de aeronaves na Força Aérea Brasileira

(Informações da Wikipédia, sujeitas a correções)

A Força Aérea Brasileira utiliza, com pequenas diferenças, o mesmo código da Força Aérea dos Estados Unidos (USAF) para classificar suas aeronaves. Vale lembrar que em alguns casos, uma mesma aeronave pode ser chamada pela designação dada pelo fabricante, pelo força área do país de origem ou pela Força Aérea Brasileira.

As siglas da FAB para indicar os diferentes tipos de aeronaves são:

- **A** - avião de ataque.
- **C** - avião de transporte.
- **F** - avião de caça (combate, interceptação, superioridade aérea).
- **H** - helicóptero.
- **K** - avião de reabastecimento aéreo.

- **L** - avião de ligação e observação.
- **P** - avião de patrulha.
- **R** - avião de reconhecimento, alerta antecipado, sensoriamento remoto, levantamento aerofotogramétrico.
- **S** - avião de busca-e-salvamento.
- **T** - avião de treinamento.
- **U** - avião de emprego geral (utilitário).
- **Z** - planador.

Para aviões de funções múltiplas ou diferenciadas as siglas são:

- **AT** - avião de treinamento com capacidade de ataque.
- **CH** - helicóptero de transporte.
- **EC** - avião de transporte modificado para cumprir missões eletrônicas.
- **EU** - avião de emprego geral (utilitário) modificado para cumprir missões eletrônicas.
- **KC** - avião de transporte equipado também como reabastecedor aéreo.
- **RC** - avião de transporte equipado também para missões de reconhecimento.
- **RT** - versão de reconhecimento de avião de treinamento.
- **SC** - versão de busca-e-salvamento de avião de transporte.
- **TZ** - planador de treinamento.
- **UH** - helicóptero de emprego geral.
- **UP** - versão utilitária de avião de patrulha.
- **VC** - avião de transporte executivo.
- **VH** - helicóptero de transporte executivo.
- **XC** - versão laboratório de avião de transporte.

A designação individual das aeronaves segue um código numérico. Cada aeronave possui um número de matrícula, na casa de milhar, de acordo com o critério abaixo:

- **0 e 1** - aviões de treinamento (AT, RT, T)
- **2** - aviões de transporte, reconhecimento ou emprego geral (C, EC, KC, R, RC, U, VC, XC)
- **3** - aviões de ligação e observação (L)
- **4** - aviões de caça (F)
- **5** - aviões de ataque (A)
- **6** - aviões de busca-e-salvamento (S, SC)
- **7** - aviões de patrulha (P)
- **8** - seguido de algarismos diferentes de 0 e 1, helicópteros (H, CH, TH, UH, VH)

1307 — Novas inquirições em Portugal (de novo no Minho, Trás-os-Montes e na Beira): novos protestos dos nobres, O rei confia o exame dos resultados a uma junta de cinco membros, presidida pelo arcebispo de Braga, o cortesão Martim Pires de Oliveira: os resultados foram confirmados. Os nobres reclamaram de novo; foi designado o bispo franciscano do Porto, frei Estêvão Miguéis, que também aprova o resultado. Em Portugal, leis que restringem os abusos dos padroeiros sobre igrejas e mosteiros, favorecendo o clero contra extorsões dos nobres. D. Constança, esposa de Fernando IV de Castela e filha de D. Dinis, pede pessoalmente ao pai um novo empréstimo ao marido. D. Dinis tem uma árdua contenda com o bispo de Tui, cuja diocese ia até o Lima, porque não admitia que os clérigos desta parte do território português mandassem redigir os seus documentos aos notários daquela cidade. (?) Nomeação do primeiro almirante português conhecido, Nuno Fernando Cogominho (até 1317). O papa Clemente V ordena que se realize na Hispânia um concílio que averiguasse as responsabilidades efetivas dos templários na Península, face ao processo movido por Filipe, o Belo. Os padres, reunidos em Salamanca, entre eles o bispo de Lisboa, concluíram pela inocência. (04.2) Carta do rei da Inglaterra Eduardo I, escrita aos reis de Portugal, Castela, Sicília e Aragão, sobre as acusações que se faziam aos templários, pede que sejam tratados com favor. (13.10) Prisão dos templários na França. O conde D. Pedro, filho bastardo do rei D. Dinis, torna-se mordomo da infanta D. Brites, esposada mas ainda não casada com o infante D. Afonso.

1307-1336 — D. Estêvão Vasques Pimentel, prior da Ordem do Hospital em Portugal, conselheiro de D. Dinis.

1308 — Tratado de comércio entre Portugal (D. Dinis) e Inglaterra (Eduardo II). (26.02) O papa Clemente concede autorização a D. Dinis para transferir a universidade de Alfama (Lisboa) para Coimbra, que ocorre em 1309. D. Dinis e Fernando IV de Castela estabelecem um pacto de defender e conservar os bens dos templários contra qualquer decisão em contrário, mesma vinda do papa (os templários tinham começado a ser atacados por Filipe, o Belo, desde 1307). O rei de Aragão associou-se mais tarde a esse acordo. Política de criar coutos de homiziados (indivíduos fugitivos da justiça): instituição do de Noudar. Apesar da decisão do concílio de Salamanca (1307) sobre os templários, o papa ordena o seqüestro de seus bens (alguns eclesiásticos, como os Cônegos Regrantes de Santa Cruz e o bispo da Guarda quiseram apoderar-se deles). O rei português não consentiu. Instala-se então um processo judicial para os incorporar na coroa. 1309 — Concordata (22 artigos) para resolver divergências entre o bispo e o cabido de Lisboa. 5a. lei de desamortização de D. Dinis (1a. em 1286, 2a. em 1291, 3a. em 1292, 4a. em 1305). D. Constança pede novamente ao pai (D. Dinis) um empréstimo ao marido, Fernando IV de Castela, por ocasião da guerra com Granada, que levou ao cerco de Algeciras e à conquista de Gibraltar. D. Dinis colaborou com a campanha de Fernando IV de Castela, com 700 cavaleiros comandados por D. Martim Gil de Souza. Casamento do infante D. Afonso (IV) de Portugal com a infanta D. Beatriz, irmã de Fernando IV de Castela. O baixo clero de Lisboa dirige-se a Roma com longas reclamações contra D. Dinis, especialmente pelo florescimento da judiaria em Lisboa e a presença de judeus influentes na corte portuguesa. É sagrado bispo do Porto (30o.) frei Estêvão, franciscano. O papado se estabelece em Avignon.

1310 — Concessão coletiva de Filipe, o Belo, de França, faz aos mercadores portugueses de Harfleur (expansão do comércio luso). (21.01) É fechado um pacto entre D. Dinis e seu genro, Fernando de Castela: para o caso de ser abolida a Ordem do Templo, os dois reis se obrigam a defender e conservar os bens templários em seus reinos. Clemente V determina que se reúna novo concílio para averiguar o procedimento dos templários ibéricos. Dois concílios são realizados. Locais Medina del Campo e Salamanca (neste com a presença do bispo de Lisboa, D. João, e do bispo da Guarda, D. Vasco). É reconhecida a inocência dos templários. O processo judicial (1307) para tratar da incorporação dos bens templários à coroa portuguesa decide favoravelmente a D. Dinis. Concílio de Medina del Campo e, a seguir, em Salamanca (neste, com a presença dos prelados portugueses) para tratar dos bens templários na Península. Nascimento de Afonso XI de Castela, filho de Fernando IV de Castela. 54 cavaleiros templários são queimados à porta da Igreja de Santo Antônio, em Paris.

1310-1313 — D. Dinis sustenta graves questões com o frei franciscano Estêvão Miguéis do Porto.

1311 — Em Portugal, leis que restringem os abusos dos padroeiros sobre igrejas e mosteiros, favorecendo o clero contra extorsões dos nobres.

1312 — Bula *Vox in excelso*: supressão dos templários no Concílio de Viena, com a presença de Filipe, o Belo e o papa Clemente V (além de quatro bispos portugueses): o papa exclui da decisão os bens templários que se situavam na Hispânia. (Janeiro) O tribunal régio decide a respeito dos herdeiros de João Afonso de Albuquerque: seus genros, o bastardo régio Afonso Sanches e o alferes-mor, Martim Gil de Souza. Martim Gil herdou o título de conde de Barcelos, mas Afonso Sanches ficou com a maior parte da fortuna (o senhorio e o castelo de Albuquerque). (02.05) Bula *Ad providam*: Clemente V confere os bens templários à Ordem do Hospital, exceto os situados nos reinos de Castela, Aragão, Portugal e Maiorca. O irmão bastardo da rainha Santa Isabel de Portugal, D. João de Aragão, dirigiu uma embaixada à corte de D. Dinis para propor o casamento de D. Violante, filha de Jaime II, na casa real portuguesa, além de tentar resolver questões de fronteira entre Portugal e Castela. (Setembro) Morte de Fernando IV de Castela - menoridade de Afonso IX. (Novembro) Ofendido com a decisão do tribunal régio (ver acima), Martim Gil exilou-se em Castela, morrendo neste mês.

1312-1350 — Reinado (9o.) de Afonso XI, o Bom de Castela, filho de Fernando IV de Castela. Afonso XI de Castela protege a comunidade judaica: faz de Don José De Écija seu ministro de finanças e Samuel ibn Wakar seu médico (foram mais tarde acusados de intriga e morreram na prisão).

1313-1322 — Estêvão Miguéis, agora frei de Lisboa, continua a sustentar graves questões com D. Dinis.

1314 — Conflitos entre D. Dinis e o filho, futuro D. Afonso IV, agravados pela guerra civil entre 1320-1324. Geraldo Domingues, chanceler do Porto designado para Évora, favorável a D. Dinis. (Outubro) Reunião das delegações portuguesa e castelhana para demarcar a fronteira na zona de Moura e Noudar. É eleito um mestre português para a Ordem de Santiago independente do mestre da Hispânia, apesar de bula contrária do papa Bonifácio VIII. O bastardo régio D. Pedro é feito conde de Barcelos por seu pai, o rei D. Dinis — o único título de conde que havia em Portugal — e doava-lhe a vila de Barcelos. D. Dinis confirma uma doação que lhe fizera D. João Soares, da Ordem do Templo. Cinquenta e quatro templários franceses são queimados em Paris.

1315 — A partir desse ano o infante D. Afonso (futuro Afonso IV de Portugal) incompatibiliza-se com o pai, D. Dinis, por razões relacionadas com o valimento na corte de seus meios-irmãos Afonso Sanches, João Afonso e Fernão Sanches. O mestre português eleito para a Ordem de Santiago é excomungado pelo mestre castelhano da Hispânia. Os nobres portugueses solicitam a designação de um cavaleiro para os representarem junto ao processo sobre o resultado das inquirições de 1307, que continua se arrastando no tribunal da corte. D. Diogo Muniz, mestre da Ordem de Santiago, publicou excomunhão contra os freires de Portugal, a qual foi passada em nome do arcebispo de Toledo, do bispo de Salamanca e do deão de Lugo; mas Lourenço Anes resistiu sempre, opondo processos dilatatórios. Antes desse ano, morte de Pero Anes de Portel, governador de Leiria e Sintra (1268-1282), Trás-os-Montes (1282) e Panóias (1286).

1316 — A decisão de manter os freires portugueses da Ordem de Santiago sujeitos a Castela (mestre da Hispânia) é confirmada pelo papa João XXII. O tribunal da corte repete mais uma vez a sentença anterior: o rei continua então a encarregar seus delegados de exigirem os direitos régios nas honras devassas. Raimundo de Cordona, testamenteiro de Martil Gil de Sousa (conde de Barcelos exilado em Castela em 1312) também se exila em Castela. O papa João XXII encarrega o arcebispo de Compostela de reconciliar D. Dinis e o infante D. Afonso. Dissensões entre D. Dinis e os dois bispos do Porto e Lisboa, Fernando Ramires e seu tio frei Estêvão Miguéis, entretanto transferido do Porto para a capital. Morte de Luís Hufn, 16o. rei de Navarra.

1316-1322 — Filipe V, rei de França. Reinado (17o.) de Filipe, de Navarra.

1317 — O genovês Manuel Pessanha é nomeado almirante da frota real portuguesa, em substituição ao primeiro almirante, Nuno Fernando Cogominho. Concessão de bens e privilégios que D. Dinis oferece a Manuel Pessanha. Em Portugal, leis que restringem os abusos dos padroeiros sobre igrejas e mosteiros, favorecendo o clero contra extorsões dos nobres. (17.04) Bula *Inter caetera*: O papa João XXII confirma a decisão de manter os freires portugueses da Ordem de Santiago sujeitos ao mestre da Hispânia (Castela).

O rei apóia as reclamações do concelho do Porto contra seu bispo, Fernando Ramires, e neste ano dá sentença contra ele. O partido senhorial consegue como aliado o bastardo régio D. Pedro, apesar deste ter sido feito conde de Barcelos (1314) e alferes-mor (1317). O conde de Barcelos D. Pedro encontra-se no concelho da Feira, encarregado de proceder a uma das inquirições particulares que o rei D. Dinis fez seguir às inquirições gerais de 1290. O bastardo régio D. Pedro, conde de Barcelos, chefia um combate contra os partidários do também bastardo Afonso Sanches, derrotando-os. Cai assim na ira régia e exila-se em Castela. O bispo de Évora é encarregado de excomungar os adversários do rei no seio da nobreza.

1318 — D. Dinis envia embaixada à Santa Sé (de que fazia parte o genovês almirante Manuel Pessanha) para defender a sua causa dos cavaleiros portugueses da Ordem de Santiago. Uma embaixada é enviada à Santa Sé para tratar da criação da Ordem de Cristo em Portugal. Agrava-se as dissensões entre D. Dinis e os bispos do Porto e Lisboa, iniciadas em 1316. O rei condena à morte dois familiares do primeiro e manda seu mordomo Vasco Pereira ocupar as torres e o palácio do segundo. Ambos deixam o reino e se refugiam em Avinhão.

1319 — Bulas de João XXII *Olim felicis* (27.02) e *Tunc digne* (01.07): separação entre a Ordem de Santiago de Portugal e de Castela. Bulas papais *Ad ea ex quibus* (de 14.03) e *Desiderantes ab intimis* (de 15.03): criação da Ordem Militar de Cristo em Portugal por D. Dinis, pelo papa João XXII (de Cahors, 1316-1334): os bens templários em terras portuguesas passam a essa ordem; atribui-lhe a regra de Calatrava, sujeitando-a à jurisdição espiritual do abade de Alcobaça e colocando a sua sede em Castro Marim — o rei português seguia assim o exemplo do de Aragão, que com o patrimônio dos templários valencianos, criou a Ordem de Montesa, embora entregasse o restante do patrimônio aragonês à Ordem do Hospital (o rei de Castela incorporou a maioria dos domínios dos extintos cavaleiros do Templo). Martinho, médico de D. Dinis, designado para a chancelaria da Guarda. D. Afonso, herdeiro do trono de Portugal exige que lhe seja entregue a justiça do reino, apoiado nos nobres que se sentiam prejudicados pelas inquirições. (Maio) Encontro do herdeiro D. Afonso com a rainha D. Maria de Molina de Castela para conseguir apoio contra D. Dinis. Concessão de bens e privilégios que D. Dinis oferece a Manuel Pessanha. Após o envio da embaixada à Santa Sé (1318), D. Dinis consegue que o papa nomeie como juízes apostólicos na causa dos cavaleiros portugueses da Ordem de Santiago os arcebispos de Braga e de Compostela. A independência da província portuguesa face ao mestre da Hispânia tornou-se fato consumado (apesar de Roma nunca ter confirmado). (Novembro) É eleito o primeiro mestre da Ordem de Cristo.

1319-1324 — Guerra civil: revolta do infante D. Afonso (futuro Afonso IV) que atribuía a D. Dinis a intenção de o preterir na sucessão do trono por um irmão bastardo, D. Afonso Sanches. De um lado, D. Afonso e sua mãe, a rainha Santa Isabel, além de um punhado de grandes senhores e muitos filhos segundos, além dos bispos do Porto e de Lisboa (Norte e Centro do reino). Do outro, o sexagenário rei D. Dinis com os filhos bastardos Afonso Sanches, João Afonso e Fernão Sanches, os oficiais da corte, alguns nobres de segunda, o bispo de Évora, o deão do Porto e, importantíssimos aliados, os mestres das ordens militares (sul do reino).

1320 — (08.04) Nascimento em Coimbra do infante D. Pedro (futuro Pedro I de Portugal). (23.05) Através da bula *Apostolice Sedis*, o papa João XXII dá uma concessão a D. Dinis por três anos do dízimo de todas as rendas eclesiásticas do reino — exceto as do Hospital — para financiar uma armada de galés destinada a guerrear os mouros durante igual período (guerra com Granada). (01.07) D. Dinis acusa seu filho D. Afonso publicamente de revolta num manifesto. (Setembro) D. Dinis consegue com o papa João XXII bula que condena todos aqueles que incitassem o infante à revolta. (?) D. Dinis envia à cúria pontifícia o almirante Manuel Pessanha e o deão do porto, D. Gonçalo Gonçalves de Pereira (futuro bispo de Lisboa e arcebispo de Braga) a fim de solicitarem ao papa, entre outras coisas, auxílio financeiro para a guerra contra os mouros.

1320-1321 — Todas as igrejas do reino de Portugal são taxadas.

1321 — Morte da rainha D. Maria de Molina de Castela. (05.03) Assassinato do bispo de Évora pelos partidários do infante. Ordem régia para o meirinho-mor de Aquém-Mouro reprimir os abusos praticados

nas honras novas e na periferia das honras antigas. O infante D. Afonso ocupa a cidade de Leiria, por traição do copeiro do rei, cujos bens foram depois confiscados.

(Abril?) Conquista da alcaçóva de Santarém pelo infante D. Afonso. (Maio?) Reconquista da alcaçóva de Santarém por D. Dinis. (15.05) D. Dinis manda ler em Lisboa um segundo manifesto acusatório contra seu filho. Mensagem de D. Dinis a Aragão. (11.06) São aprovados os primeiros estatutos da Ordem de Cristo (a ordem possuía 69 cavaleiros armados e montados, 9 clérigos e 6 sargentos, num total de 84 freires).

(Julho) Mensagem da rainha D. Isabel e do infante D. Afonso a Aragão. (Julho?) Desterro da rainha D. Isabel para Alenquer. (Setembro) Mensagem da rainha D. Isabel a Aragão. (Verão e Outono) Marcha do infante D. Afonso sobre Lisboa. (Setembro a Dezembro) Missão do legado aragonês, D. frei Sancho, meio-irmão da rainha D. Isabel. (17.12) D. Dinis apresenta o terceiro manifesto contra o filho (o infante D. Afonso), ainda em Lisboa. Em resposta, D. Afonso apodera-se de Coimbra, ainda neste mês. Inquirição dirigida à região de Lamego. Em Portugal, proibição de se constituírem novas honras.

1322 — A nova frota portuguesa comandada por Manuel Pessanha passa o estreito de Gibraltar e ataca as costas de Marrocos e de Granada. (Janeiro) O infante D. Afonso entra em Montemor-o-Velho, avança para o norte, ocupa os castelos da Feira e de Vila Nova de Gaia e o Porto. Ainda nesse mês, D. Dinis reconquista Leiria. (Fevereiro e Março) O infante D. Afonso ataca Guimarães, onde tinha se refugiado o meirinho-mor do rei, Men Rodrigues de Vasconcelos, que dirigiu a defesa da cidade. Carta do papa à rainha D. Isabel. (Março) D. Dinis toma Leiria, castigando com a maior severidade alguns de seus habitantes; avança até Coimbra. O infante D. Afonso abandona o cerco de Guimarães para socorrer Coimbra. A rainha Santa Isabel toma a iniciativa das conversações de paz, com a ajuda do conde D. Pedro de Barcelos (filho bastardo do rei), regressado do exílio em Castela. Novas cartas do papa ao rei e à rainha de Portugal. (01 a 10.05) O rei se estabelece em Leiria, o infante D. Afonso em Pombal. Chegam a um acordo: D. Afonso recebe o senhorio das povoações que tinha ocupado (Coimbra, Montemor, Feira, Gaia e Porto), mas o faz por homenagem ao rei. (Maio a Julho) Embaixada do legado do papa. (Junho) D. Dinis, com 61 anos de idade e gravemente enfermo, faz seu segundo testamento. (Junho) De volta da expedição guerreira ao Marrocos e Granada, Manuel Pessanha recebe galardão pelo feito. Inquirição sobre o padroado da igreja de Valença. Proteção ao clero minhoto contra os abusos da nobreza. Em Portugal, leis que restringem os abusos dos padroeiros sobre igrejas e mosteiros, favorecendo o clero contra extorsões dos nobres. Concessão de bens e privilégios que D. Dinis oferece a Manuel Pessanha. Segundas núpcias do conde D. Pedro de Barcelos. Da primeira esposa, D. Branca Peres, D. Pedro herda uma parte importante da fortuna dos Sosas. Morte de Filipe, 17o. rei de Navarra.

1323 — (Outubro) Cortes de Lisboa, a pedido de D. Afonso: questões levantadas pela guerra civil. Não obtendo suas reivindicações, retira-se da assembleia para Santarém, onde reúne um exército para conquistar Lisboa. Os seus homens defrontam-se com os do rei na batalha de Albogas, perto de Loures. A rainha Santa Isabel intervêm novamente. (Dezembro) Os dois exércitos quase chegam às vias de fato em Alvalade, perto de Lisboa; chega-se a novo armistício por intervenção conjunta de D. Isabel e do bispo da cidade, D. Gonçalo Gonçalves de Pereira. (19.12) Carta régia de entrega dos bens templários à Ordem de Cristo. Em Portugal, proibição ao clero de interferir nos testamentos.

1324 — (Janeiro) Rebelião de Santarém contra D. Dinis. (Fevereiro) O rei dirige-se de Lisboa a Santarém, onde seu filho continuava a morar. Nem este nem o concelho quiseram recebê-lo. Nova batalha, sem resultado. (26.02) Paz de Santarém: o infante D. Afonso obtinha a segurança da sucessão, sendo destituído dela e afastado da corte o bastardo e mordomo-mor Afonso Sanches. Recebe do rei um aumento de suas rendas em 10.000 libras. O rei ainda substitui o meirinho-mor, Mendo Rodrigues de Vasconcelos por Vasco Pereira, e o meirinho da casa real, Lourenço Anes Redondo, por Lourenço Mendes; uma efetiva cedência às reclamações e exigências de seu filho e da nobreza senhorial. (Maio) Chega a Santarém o arcebispo de Compostela, enviado pelo papa para confirmar os acordos estabelecidos e celebrar a paz. Inquirição sobre a mata da Urqueira, na zona da Vila Nova de Ourém. Em Portugal, lei contra os abusos da jurisdição feudal.

1325 — (07.01) Morte de D. Dinis em Santarém. A rainha viúva Santa Isabel entra no convento de franciscanas de Santa Clara, em Coimbra, vestindo o hábito, mas sem fazer profissão religiosa. (Abril)

Cortes de Évora, convocadas por Afonso IV de Portugal com o objetivo de jurar o rei acabado de subir ao trono (desde 1254, ano das primeiras cortes seguramente comprovadas, até 1433, não se conhece outra além desta que tenha sido expressamente convocada para o juramento do rei). Afonso IV acusa o bastardo Afonso Sanches (refugiado em Castela) de traidor, condenando-o a desterro perpétuo e confiscando-lhe os bens. Afonso Sanches invade Portugal, desde Trás-os-Montes até o Alentejo; Afonso IV de Portugal em Albuquerque, na zona de Badajoz. É reafirmada a lei segundo a qual os judeus não podiam aparecer publicamente sem o distintivo, a estrela hexagonal amarela, colocada no chapéu ou no capote, nem usar colares de ouro ou prata.

1325-1326 — Afonso IV de Portugal tenta, sem sucesso, o casamento de sua filha, D. Maria, com o herdeiro da coroa inglesa, Eduardo (futuro Eduardo III).

1325-1333 — Reinado (6o.) de Maomé IV, de Granada.

1325-1357 — Reinado de D. Afonso IV de Portugal, o Bravo.

1326 — Afonso IV de Portugal invade o feudo de seu meio-irmão (bastardo) Afonso Sanches, localizado em Albuquerque (Castela) e põe cerco a La Codosera, que acaba por se render. Acometido pela doença, Afonso Sanches suspende a luta. Alguns meses mais tarde negociou-se a paz: Afonso IV de Portugal restituiu os confiscos ao irmão. (04.07) Afonso IV de Portugal, o Bravo, condena à morte seu outro meio-irmão (bastardo) João Afonso. A rainha Santa Isabel, enclausurada em Coimbra, pede a paz, em vão.

1327 — Em Portugal, Reforma judicial: reforma da administração da justiça — criação dos juizes de fora, corregedores e "juizes por El-Rei". Morte de Jaime II, 12o. rei de Aragão. Tratado bilateral entre Portugal e Castela.

1327-1336 — Reinado (13o.) de Afonso IV de Aragão.

1328 — Início da Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra. Afonso IV de Portugal opta pela Inglaterra, a nível da neutralidade militar (relações diplomáticas e acordos comerciais). Os sermões de um frade franciscano incitam os cristãos de Estella, na Navarra, a matar 5.000 judeus e incendiar-lhes as casas. Morte de Carlos I, 18o. rei de Navarra. Confirmada a aliança perpétua de Portugal com Aragão e Castela (reafirmação do Tratado de Agreda, de 1304). São negociados os casamentos da infanta D. Maria (filha de Afonso IV de Portugal) com Afonso IX de Castela e do infante D. Pedro (futuro rei de Portugal) com D. Branca (filha do infante Pedro de Castela).

1329 — Negociada a paz entre Afonso IV de Portugal e seu meio-irmão Afonso Sanches. Este recebe a restituição de seus bens confiscados. Morte do bastardo de Afonso IV de Portugal, Afonso Sanches, sepultado no Convento de Santa Clara de Vila do Conde, que ele fundou. Confirmado novamente o tratado de Agreda, de 1304. Tratado bilateral entre Portugal e Castela (o 1o. de 1327). Encontro entre Afonso IV de Portugal e Afonso IX de Castela em Fuenteguinaldo: coroamento da boa política peninsular.

1331 — (Maio) Cortes de Santarém: reforma do modo de atuação parlamentar dos deputados do povo, repressão de abusos senhoriais e criação de novas honras. Em Portugal, ordenação dos besteiros do conto.

1331-1340 — Em Portugal, medidas inovadoras na organização do desembargo régio (data indeterminada) e regulamentação do Tribunal de Justiça da Corte (data também indeterminada).

1332 — Expedição marítima portuguesa além Gibraltar para combater o mundo islâmico. Em Portugal, reforma processual (2a.) e regulamentação dos corregedores.

1332-1340 — Em Portugal, novamente, reforma da administração da justiça (juizes de fora e corregedores).

1333 — Nascimento de Henrique II (Trastâmara), irmão de Pedro I, o Cruel, de Castela. Grande fome na Península Ibérica e especialmente em Coimbra. A rainha Santa Isabel manda distribuir esmolas de pão e carne aos pobres da cidade, dando ainda mortalhas, mandando abrir sepulturas e encarregando os seus clérigos da encomendação dos finados. Em Portugal, regulamentação sobre a venalidade judicial e ao barateamento da justiça.

1334 — Em Portugal, repressão de abusos senhoriais e criação de novas honras. Nascimento de Pedro I, o Cruel, de Castela, filho de Afonso XI de Castela. D. Beatriz, mulher de Afonso IV de Portugal, recebe Sintra como arras.

1335 — Em Portugal, repressão de abusos senhoriais e criação de novas honras. Inquirições em Trás-os-Montes e Beira.

1336 — A rainha Santa Isabel dirige-se a Estremoz, a fim de aplacar a cólera de seu filho Afonso IV, em guerra com seu genro, rei de Castela. (04/07) Um tumor no braço vitima a rainha Santa Isabel. Seu corpo, após translado a Coimbra (12/07), é encerrado no túmulo de pedra que ela mandara construir. Célebre exploração das ilhas Canárias, atribuída a Lancelloto Malocelli, genovês, orientada pelo almirante-mor de Portugal, Manuel Pessanha (também genovês). Morte de Afonso IV, 13o. rei de Aragão. Início da guerra afonsina entre Portugal e Castela (1336-1339): a) as hostes portuguesas do conde de Barcelos e D. Pedro, meio-irmão do rei, passam pelo rio Minho e fazem cerco ao castelo de Entienza, onde se acolhera o arcebispo de Santiago de Compostela; b) por sua vez, Afonso IV de Portugal cerca Badajoz (sem conseguir tomá-la) e assola o território ao sul dessa cidade até Aroche, Cortegana e Aracena; c) a frota portuguesa (capitaneada por Gonçalo Camelo) devasta a costa andaluza, da foz do Guadiana a Punta Umbria, com subidas pelos rios Odiel (até Gibrleón) e Piedras (até Lepe, onde se travou combate em 08.09).

1336-1339 — Guerra afonsina entre Portugal e Castela (ver acima).

1336-1387 — Reinado (14o.) de Pedro IV, o Cerimonioso, de Aragão (filho de Afonso IV de Aragão).

1337 — Guerra afonsina (1336-1339): a) Afonso IX de Castela invade o Alentejo, passando por Elvas, Arronches, Assumar, Veiros, Vila Viçosa e Olivença. Retira-se por se sentir doente; b) No norte, um exército castelhano, sob o comando de D. Fernando de Castro e seu irmão D. Juan de Castro, entra pelo Minho, até o Porto. Aí é detido pelas hostes do bispo da cidade, do arcebispo de Braga e do mestre da Ordem de Cristo, que o forçaram a retirar-se e até matam D. Juan, num combate junto a Braga; c) (21.07) As galés portuguesas, chefiadas pelo velho almirante Manuel Pessanha (que tinham atacado a Galiza e devastado sua costa até Baiona) sofrem pesada derrota junto ao cabo de São Vicente: o próprio almirante é capturado, além de seu filho Carlos.

1338 — São conferidos certos privilégios a comerciantes ingleses e italianos em Portugal. Tratado bilateral entre Portugal e Aragão. Guerra afonsina (1336-1339): a) Afonso IX de Castela volta a invadir Portugal, atravessando o Guadiana e devastando o Algarve Oriental (Castro Marim, Tavira, Loulé e Faro). A frota castelhana segue junto ao longo da costa algarvia na direção de Lisboa, causando estragos; b) Os portugueses invadem a Galiza novamente, atacando Neves e Salvatierra de Miño; c) Trégua nas hostilidades: a intervenção do bispo de Rodes (enviado do papa Bento XII) e do bispo de Reims (mandatário de Filipe VI de França).

1339 — (Julho) Paz de Sevilha entre Portugal e Castela: as fronteiras são mantidas, com a vinda da infanta D. Constança para Portugal e o regresso da infanta D. Branca (havida por demente) a Castela, além de obrigar Afonso XI de Castela a dar a sua mulher o tratamento que lhe devia. Ainda em julho, Afonso IV de Portugal visita Oeiras e Sintra, passando por acaso por Cascais. Granada (muçulmana) toma Gibraltar, assolando os territórios cristãos ao sul. Os navios portugueses continuam a explorar as Canárias. Inquirição ao bispo do Porto.

1340 — A partir deste ano, o prior do Hospital passa a ser designado Prior do Crato. (Junho) O sultão de Marrocos, Abu-l-Hassan 'Ali atravessa o estreito com mais de 100 navios, unindo-se ao rei de Granada, Yusuf I. (Setembro) Os exércitos mouros põem cerco a Tarifa. (30.10) Batalha do Salado: Castela, Aragão e Portugal contra o avanço marroquino. Vitória cristã. D. Frei Álvaro Gonçalves de Pereira, prior da ordem do Hospital, D. Garcia Peres, mestre de Santiago, D. Frei Gonçalo Vaz, mestre de Avis, participam da batalha, além do próprio Afonso IV de Portugal (Álvaro Gonçalves Pereira é filho de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga e Tareja Pires Vilarinho). Em Portugal, reformas da administração concelhia e regulamentação dos corregedores. A partir desse ano em Portugal, ordenação sobre os oficiais dos concelhos, além de instituição dos vereadores. Em Portugal, tendência para o aumento de preços nos produtos industriais (inquietação nas camadas sociais inferiores).

1341 — Em Portugal, repressão de abusos senhoriais e criação de novas honras. Desde esse ano, mercadores portugueses são privilegiados em Harfleur (Normandia), senhorio do rei da Inglaterra.

1343 — Tratado de mútua proteção anticorso entre Inglaterra e Portugal. Em Portugal, repressão de abusos senhoriais e criação de novas honras.

1344 — Afonso XI, o Bom, de Castela (1312-1350), toma Algeciras aos mouros.

1344-1345 — Negociações entre Portugal e Inglaterra, visando o casamento da filha mais nova de Afonso IV de Portugal (D. Leonor) com o herdeiro da coroa inglesa, Eduardo, o Príncipe Negro, filho de Eduardo III. Não foram adiante.

1345 — A partir dessa data, os reis portugueses, com base nas pioneiras viagens marítimas às Canárias, nunca deixarão de reivindicar junto aos papas (por mais de 100 anos) a sua soberania no arquipélago. (31.10) Nascimento em Coimbra de D. Fernando, futuro Fernando I de Portugal. Em Portugal, reforma processual (4a.).

1346 — Tentativa de aproximação diplomática de Portugal com a Inglaterra, sem sucesso.

1347 — Casamento da infanta portuguesa D. Leonor com Pedro IV de Aragão.

1348-1349 — Peste Negra na Europa.

1348 — (?) Morte da rainha de Portugal, D. Constança. (Setembro a Dezembro) Peste Negra em Portugal.

1349 — Em Portugal, medidas sociolaborais: lei procurando fixar os trabalhadores aos seus ofícios (conseqüência da Peste Negra). Morte de Joana II, 19a. rainha de Navarra.

1349-1354 — Em Portugal, uma série de medidas contra os judeus. O infante de Portugal D. Pedro faz Inês de Castro regressar de Castela e passa a viver com ela maritalmente, tendo quatro filhos nesse período.

1349-1387 — Reinado (20o.) de Carlos II, o Mau, de Navarra.

1350 — Peste em Portugal. O povo culpa os judeus e Afonso IV contém os excessos. (26.03) Morte de Afonso XI de Castela. Pedro, o Cruel, aos quinze anos, sobe ao trono de Castela, banindo os nove bastardos de Afonso XI e condenando à morte sua mãe, Leonor de Guzmán. D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato (Hospital) vai a Castela. Pedro I, o Cruel, protege a comunidade judaica de Castela. Samuel Abulafia, judeu, torna-se tesoureiro do Estado no reinado de Pedro I, o Cruel (juntou uma grande fortuna e foi condenado à morte pelo rei). (30.03) O conde de Barcelos D. Pedro (cronista do Livro de Linhagens e da Crónica Geral de Espanha de 1344), irmão bastardo do rei Afonso IV de Portugal, faz seu testamento. Data-o de Lalim e pede que o sepultem em S. João de Tarouca.

1350-1369 — Reinado (10o.) de Pedro I, o Cruel, de Castela, filho de Afonso XI de Castela.

1351 — (?) O infante de Portugal D. Pedro tenta obter do papa uma bula de dispensa que lhe permitisse o casamento com Inês de Castro. É executada D. Leonor de Gusmão, amante de Afonso XI o Bom, de Castela.

1352 — Privilégio concedido aos mercadores portugueses na Inglaterra. Afonso IV de Portugal tira dos judeus a liberdade de emigrar. Todo judeu que possuísse bens até o valor de 500 libras não podia deixar o país sem licença régia. Cortes de Valladolid.

1353 — Tratado comercial de Portugal com a Inglaterra, válido por 50 anos. Afonso IV de Portugal organiza o fisco das comunas judias do país, além de promulgar uma lei que proibia aos judeus fechar “contratos usureiros”, limitando os juros a 33 1/3.

1354 — Casamento de D. Juana de Castro (irmã de Inês Peres de Castro) com Pedro I, o Cruel, de Castela. Um partido da alta nobreza castelhana adversário do rei Pedro I, o Cruel (onde militava D. Álvaro Péres de Castro) procura o infante D. Pedro e o convida a aceitar a coroa de Castela. Morte do Conde de Barcelos D. Pedro, irmão bastardo do rei Afonso IV de Portugal e autor da Crónica Geral de Espanha de 1344 e do Livro de Linhagens. Foi sepultado no mosteiro de Tarouca. Entre fevereiro e julho deste ano.

1355 — (Janeiro) Assassinato (ordenado ou consentido pelo rei Afonso IV) de D. Inês de Castro, amante do infante D. Pedro desde a morte da rainha D. Constança (1348?). Os Castros estavam rebelados contra Pedro I, o Cruel, de Castela, e temia-se que D. Inês influenciasse D. Pedro a imiscuir-se nos assuntos de Castela, provocando assim a guerra civil em Portugal: o infante D. Pedro x o rei Afonso IV. (05.08) Graças ao prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira, assina-se o tratado de paz entre pai e filho (Canaveses, 05 de agosto). Nele, o infante D. Pedro fica como co-governador do país. Em Portugal, D. Pedro é o primeiro

infante, e depois rei, a instituir o "beneplácito régio" (censurar os restritos e letras papais). Tomada de Toledo por Pedro I, o Cruel, de Castela.

1355-1356 — Fome em Portugal.

1356 — O prior do Crato (Hospital), D. Frei Álvaro Gonçalves de Pereira (o mesmo que participou da batalha do Salado com Afonso IV de Portugal em 1340) funda, na Flor da Rosa, uma igreja e mosteiro toreado. Assassinato de Martim Afonso Telo, antigo escudeiro e amante de Maria, rainha-mãe de Castela e filha de Afonso IV de Portugal. Tomada de Toro por Pedro I, o Cruel, de Castela. Epidemia de peste e terremoto em Portugal.

1357 — (11.04) Nascimento de D. João I, Mestre de Avis, em Lisboa — filho bastardo do rei D. Pedro e de uma senhora galega, Teresa Lourenço — da qual não se sabe nada. (?) Em Évora, Afonso IV de Portugal assassina sua filha Maria, rainha-mãe de Castela. (28.05) Morte de Afonso IV de Portugal, o Bravo, com a idade de 66 anos, 32 reinante. D. Pedro I de Portugal, o Cruel, fez conde de Barcelos a D. João Afonso Telo, seu valido favorito, outorgando-lhe a inédita regalia de poder transmitir o título e direitos por hereditariedade. Samuel Abulafia (ou Levi), judeu e tesoureiro do Estado no reinado de Pedro I, o Cruel, de Castela, constrói em Toledo a célebre sinagoga do Trânsito, transformada pelos jesuítas no reinado de Fernando na igreja cristã de Nossa Senhora do Trânsito (hoje monumento de arte hispano-mourisca na Espanha). (22.06) Renovação dos privilégios dos estrangeiros residentes em Portugal. (28.07) Em Portugal, Leis que reprimem o adultério e perseguem as alcoviteiras. Sentença em pleito tomada por Pedro I de Portugal, o Cruel, contra o mosteiro de Grijó. São legitimados os seguintes filhos do prior do Crato (Hospital), D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira: Pedro Álvares (futuro mestre de Calatrava em Castela com Maria Domingues Brandão (solteira), em Portalegre; Rodrigo Álvares (filho de Iria Vicente e futuro senhor de Sousel e Cerveira), em Morgado de Águas Belas; Fernando Álvares (filho de Iria Gonçalves do Carvalhal e futuro alcaide-mor de Elvas).

1357-1367 — Reinado de D. Pedro I de Portugal, o Cruel (cinge a coroa aos 37 anos).

1358 — Nascimento de João I, de Castela, filho de Henrique II (Trastâmara) de Castela. (01.06) Em Portugal, Leis que discriminam e regulamentam os contratos de compra e venda praticados por judeus. Sentença em pleito tomada por Pedro I de Portugal, o Cruel, contra o mosteiro de Vila Cova das Donas e a comendadeira de Santos. (Junho ou Julho) São acertados os casamentos do infante D. Fernando (herdeiro da coroa) com D. Beatriz (filha de Pedro I de Castela) e do infantes D. João e D. Dinis (filhos de Inês de Castro) com D. Constança e D. Isabel respectivamente (filhas de Pedro I de Castela) — não se consumaram.

1359 — (07.02) Em Portugal, Lei sobre apelações (aperfeiçoamento da máquina judicial portuguesa). D. Pedro I de Portugal, o Cruel, auxilia Castela em sua guerra contra Aragão, cedendo-lhe algumas galés. As galés portuguesas do almirante Manuel Pessanha vão bloquear o Ebro e atacar Barcelona. É feito um acordo de extradição de refugiados entre Portugal e Castela.

1360 — (Fevereiro) São extraditados e executados Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, considerados os assassinos de Inês de Castro. (Junho) Inês de Castro é proclamada (post-mortem) esposa legítima de Pedro I de Portugal, o Cruel e é anunciado que o casamento tivera lugar em Bragança, algures em 1353. Nessa mesma data é realizada a cerimônia da translação e construído o magnífico túmulo de Alcobça. (29.08) Em Portugal, incentivo do comércio com Flandres. (?) Nascimento de Nuno Álvares, filho do prior do Crato (Hospital), D. Frei Álvaro Gonçalves de Pereira.

1361 — Cortes de Elvas (antipatia com os eclesiásticos: prosseguimento da afirmação do Estado contra a Igreja): queixas do clero contra o rei. Nelas, é reinstalada a lei que proibia aos judeus ou mouros permanecerem na cidade após o pôr-do-sol, vedando às mulheres cristãs a entrada na judiaria sem acompanhamento de indivíduos do sexo masculino. D. Pedro I de Portugal, o Cruel, faz dos filhos de Inês de Castro, que eram seus filhos também, D. João e D. Dinis, senhores do Porto de Mós e do Prado. Pedro I, o Cruel, rei de Castela, manda envenenar sua esposa, Branca de Bourbon, sob a acusação de conspiração, e casa-se com a amante, Maria de Padilla. Reinado (10.) de Abou-Said, de Granada. (05.01) Em Portugal, criação do concelho de Lagos. (15.04) Em Portugal, Lei sobre partilhas. (08.06) Em Portugal, Lei que regulamenta contratos com judeus. (24.07) É legitimado em Portalegre Nuno Álvares, filho do prior do

Crato (Hospital), D. Frei Álvares. (24.08) É legitimado em Portalegre Lopo Álvares, filho do prior do Crato (Hospital), D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira com Iria Gonçalves do Carvalho. (09.09) Em Portugal, Lei que regulamenta as comunas judaicas. (05.10) Em Portugal, reedição da Lei de 08.06. Em Portugal, organização da Casa Real e ordenação dos desembargos.

1361-1363 — Peste em Portugal.

1362 — Em Portugal, Lei sobre advogados e procuradores. (01.03) Em Portugal, Leis que regulamentam e fixam doutrina sobre as coutadas e as terras lavradas em todo o Alentejo e Ribatejo. (07.04) Em Portugal, Lei sobre advogados e procuradores. (01.08) Renovação dos privilégios dos estrangeiros residentes em Portugal. (24.11) Em Portugal, criação do concelho de Sines.

1363 — (07.03) Renovação dos privilégios dos estrangeiros residentes em Portugal. Guerra entre Inglaterra e Navarra.

1364 — D. Pedro I de Portugal, o Cruel, faz de seu filho bastardo D. João (futuro rei D. João I) mestre da Ordem de Avis, com isso iniciando a nacionalização das ordens militares. (17 e 18.02) Em Portugal, Leis que regulamentam e fixam doutrina sobre as coutadas e as terras lavradas em todo o Alentejo e Ribatejo. (07.06) Em Portugal, criação do concelho de Cascais. Propõe-se o casamento do infante D. Fernando (herdeiro da coroa) com D. Joana (filha de Pedro IV de Aragão). Guerra entre Castela e Aragão: as armadas portuguesas vão em auxílio de Castela.

1364-1366 — Fome e (ou) escassez de mantimentos em Portugal.

1365 — (08.01) Em Portugal, Regimento dos sacadores e porteiros. (19.09) Em Portugal, Lei de segregação aos judeus. (04.12) Em Portugal, Lei restritiva da livre atividade dos mercadores estrangeiros. Tenta-se o casamento da infanta D. Beatriz (filha de Inês de Castro) com Pedro I de Castela, o Cruel — fracassado.

1366 — D. Pedro I de Portugal, o Cruel, institui senhor de Unhão o "cunhado", D. Álvares Péres de Castro (irmão de Inês de Castro). Propõe-se o casamento da infanta D. Isabel (filha ilegítima do infante D. Fernando) com Frederico III da Sicília (irmão da rainha de Aragão) — a negociação fracassa. (Maio) Pedro I de Castela, o Cruel, vai a Portugal pedir auxílio contra Henrique de Trastâmara, ao que o soberano português não acedeu. (Outubro ou Novembro) Pedro I de Portugal firma um acordo com Henrique de Trastâmara. (Outono) Pedro I de Portugal, o Cruel, envia um corpo diplomático à Inglaterra para dar explicações à corte do príncipe de Gales Eduardo, o Príncipe Negro em Bayonne e Bordéus, a respeito de seu acordo com Henrique de Trastâmara, onde se refugiara Pedro I de Castela.

1367 — (18.01) Morte de D. Pedro I de Portugal, o Cruel. (15.09) É legitimado em Atouguia Gonçalo Pereira, filho do prior do Crato (Hospital), D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira com Iria Gonçalves do Carvalho.

1367-1368 — Em Portugal, Leis que acodem a agricultura e à carência de trabalhadores.

1367-1383 — Reinado de D. Fernando I de Portugal, o Formoso. Tinha 21 anos quando subiu ao trono, solteiro e pai de uma filha ilegítima, D. Isabel.

1369 — Assassinato de Pedro I, o Cruel, de Castela pelo seu meio-irmão Henrique de Trastâmara. O trono é usurpado pelo regicida. Os soldados vitoriosos de Henrique de Trastâmara massacram 1.200 judeus em Toledo. Fernando I de Portugal, o Formoso, vai ao norte de Coimbra num curto passeio bélico, cujo destino era a Galiza. 1a. Guerra fernandina: (Julho) D. Fernando I de Portugal entra na Galiza, atingindo a Corunha, ao passo que Monterrey (Orense) se lhe rendia (1a. Guerra fernandina); a) A frota portuguesa, aliada à dos castelhanos seus partidários, bloqueia Sevilha por mais de um ano; b) (Agosto) Henrique II de Castela (Trastâmara) cerca Zamora, invade a Galiza e entra em Portugal ao norte, a oriente de Valença, com auxílio de contingentes franceses de Du Guesclin. Nesse mesmo mês, Henrique II cerca e toma Braga, que queimou em parte; c) (01.09) Henrique II cerca Guimarães, mas volta ao seu reino, capturando no caminho Vinhais, Bragança, Cedovim e Outeiro de Miranda; d) Em Portugal, Leis que protegem a marinha, o comércio externo e discrimina contra os judeus; e) (08.09) É legitimado em Coimbra Vasco Pereira, filho do prior do Crato (Hospital) D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira com Iria Gonçalves do Carvalho.

1369-1373 — Sucessivas desvalorizações da moeda em Portugal: os preços subiram rapidamente.

1369-1371 — 1a. Guerra fernandina entre Portugal e Castela. Motivo: a sucessão da coroa castelhana (durou até janeiro de 1371): a) Ao lado de D. Fernando I de Portugal, o Formoso: cidades e vilas galegas

de Tuy, Salvatierra de Miño e Baiona (atual província de Pontevedra), Orense, Milmanda, Allariz, Araujo e Ribadavia (na de Orense), Lugo e Rocha (na de Lugo), Santiago de Compostela, Corunha e Padrón (na de Corunha); as cidades leonesas de Zamora (província de Zamora), Ciudad Rodrigo, Lumbrales e Hinojosa de Duero (província de Salamanca), Alcântara e Valência de Alcântara na Estremadura (Cáceres), Carmona, na Andaluzia (Sevilha).

1369-1379 — Reinado (11o.) de Henrique II (Trastâmara) de Castela, irmão de Pedro I, o Cruel, de Castela. 1371 — (Março) Paz de Alcoutim (fim da guerra entre Castela e Portugal): D. Fernando I de Portugal, o Formoso, desiste do trono de Castela, mas alarga o território nacional para leste e oeste. (?) D. Fernando I de Portugal, o Formoso, cria o condado de Ourém. Em Portugal, mau ano agrícola. Casamento (em segredo) de D. Fernando I de Portugal, o Formoso, com D. Leonor Teles. (Outubro) Tumultos em Portugal: o alfaiate Fernão Vasques congrega 3.000 pessoas para um protesto social em Lisboa, Tumultos também em Santarém (Luís Peres e outros) Tomar (Afonso Esteves) Abrantes (Lourenço Afonso de Punhete), Leiria (Lourenço Afonso) e Alenquer.

1371-1372 — D. Fernando I de Portugal, o Formoso, cria o condado de Viana do Lima, depois trocado em Arraiolos. Fome em Portugal.

1371-1373 — O conde D. Juan Fernandez de Andeiro, partidário de D. Fernando I de Portugal, o Formoso, refugiado em Castela.

1372 — Nascimento da infanta D. Beatriz, herdeira do reino português. D. Leonor Teles, mulher de D. Fernando, recebe Sintra como arras. (Maio) Em Leça do Bailio, propriedade da Ordem do Hospital, casamento público de D. Fernando I, o Formoso, com D. Leonor Teles (filha do inimigo de Henrique de Trastâmara, II de Castela — desrespeito ao Tratado de Alcoutim): explosões populares contrárias são violentamente reprimidas. O infante D. Dinis (filho de Inês de Castro) se recusa a beijar a mão da nova rainha, o que motivou uma tentativa de assassinato por parte do próprio rei. O infante então abandona o reino, sendo os seus bens confiscados. Acordo de Tui: é revogado o Tratado de Alcoutim, e se estabelece que as fronteiras luso-castelhanas regressam ao status quo de antes da guerra de 1369. (10.07) Tratado de Tagilde: Portugal toma partido pela Inglaterra contra Henrique II de Castela e seus aliados franceses — Portugal e Inglaterra x Castela e Aragão. Fernando I de Portugal, o Formoso, vai ao norte de Coimbra. (17.08) Em Portugal, Lei regulamentando os privilégios da nobreza. D. Dinis (filho de Inês de Castro) busca o exílio em Castela. Em Portugal, mau ano agrícola. (Dezembro) 2a. Guerra fernandina entre Portugal e Castela: a) Tomando a ofensiva devido ao Tratado de Tagilde, Henrique II de Castela invade Portugal, avançando sobre Lisboa, cercando a cidade e devastando a maior parte do casario exterior à muralha; b) Henrique II parte de Zamora em direção à frota portuguesa.

1372-1373 — 2a. Guerra fernandina entre Portugal e Castela.

1373 — 2a. Guerra fernandina: a) (Janeiro) Henrique II de Castela conquista, sem dificuldade, Almeida, Pinhel, Linhares, Celorico da Beira e Viseu, chegando perto de Coimbra; b) (23.02) Henrique II de Castela ocupa Lisboa (então desprovida de qualquer muralha), saqueando e incendiando a judiaria da cidade. O exército de D. Fernando I de Portugal, mal organizado e mal comandado, fugiu diante do inimigo; c) (24.03) D. Fernando I de Portugal, o Formoso, vencido e humilhado, assina o acordo de paz em Santarém: Portugal obriga-se a cortar a aliança com os ingleses e juntar-se à França e Castela outra vez; d) (07.04) Henrique II e Fernando I se encontram no Tejo; Henrique II abandona Portugal e os dois soberanos realizam os esponsais dos infantes Sancho e Beatriz; e) (Junho) O Tratado de Tagilde é ratificado por D. Fernando I de Portugal, o Formoso, e Eduardo III da Inglaterra; f) Explosões populares em Lisboa, Abrantes, Tomar, Leiria, Santarém. Motivo: desvalorização da moeda e alta dos preços; g) D. Fernando I de Portugal, o Formoso, cria os condados de Viana do Alentejo e Neiva; h) O conde D. Juan Fernandez de Andeiro é exilado em Castela (e não mais refugiado); i) O prior do Crato (Hospital), D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira, resolve enviar à corte seu filho, Nuno Álvares, de treze anos.

1373-1375 — Amuralhamento de cidades e vilas: Lisboa, Évora, Porto, Braga, Óbidos, Coimbra, Santarém, Viana, Ponte de Lima e Beja.

1374 — Explosões populares em Portel, Montemor-o-Velho e Tomar. Em Portugal, Leis que reformam a administração pública, legislam contra abusos senhoriais e aumentam os impostos (sisas). (24.04) Em Portugal, Lei regulamentando os privilégios da nobreza. Em Portugal, mau ano agrícola, além de peste. Antes desse ano, outra agitação popular em Portugal: Portel (Afonso Mendes).

1374-1376 — Fome em Portugal.

1375 — (08.01) São legitimados em Vila Viçosa Rui Pereira, Fernão Pereira, Afonso Pereira e Diogo Álvares, filhos do prior do Crato (Hospital), D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira com Iria Gonçalves do Carvalhal. Explosões populares em Portugal. Lei das Sesmarias, leis protetoras dos mercados nacionais, leis reguladoras dos privilégios jurisdicionais da nobreza. João, mestre da ordem de Avis e filho bastardo do rei D. Pedro I tem um caso com Inês Pires — desse amor nasceu Afonso, futuro conde de Barcelos e duque de Bragança, e anos depois Beatriz, que será condessa de Arundel. (13.09) Em Portugal, Lei regulamentando os privilégios da nobreza. Em Portugal, mau ano agrícola. Agitações populares em Portugal: Montemor-o-Velho (João Domingues), Sousel, Valença e novamente Tomar.

1376 — Em Portugal, mau ano agrícola.

1376-1377 — Negociação do casamento da infanta D. Beatriz (aos 04 anos, herdeira do reino português) com D. Fradique Henriques, duque de Benavente — fracassada.

1378 — Em Portugal, novas leis sobre a reforma da administração pública. Os judeus de Leiria, sujeitos a constantes maus tratos, queixam-se ao rei: este ordena que não saiam de suas moradias durante as procissões e dias santos cristãos. Grande Cisma do Oriente: Castela e França seguiram o papa de Avinhão; Inglaterra o de Roma (Portugal vai seguir um e outro conforme lhe convenha: de Urbano VI passa a Clemente VII).

1379-1390— Reinado (12o.) de João I, de Castela, filho de Henrique II (Trastâmara) de Castela.

1380 — Em Portugal Lei que Funda a Companhia das Naus. Acordo anglo-luso de Estremoz (confirmação do Tratado de Tagilde, de julho de 1372), tendo como intermediário o conde D. Juán Fernandez de Andeiro: garante a Portugal a possibilidade de expandir-se para norte e leste, acorda-se o envio de uma força inglesa de 2.000 homens, negocia-se o casamento da infanta D. Beatriz, de 08 anos, com Edward of Langley, filho do conde de Cambridge e sobrinho de John of Gaunt, duque de Lancaster (convencionando-se que, ganha a guerra, o duque inglês seria rei de Castela).

1381 — Portugal volta a se alinhar com Urbano VI na questão do Grande Cisma (ver 1378). 3a. Guerra fernandina entre Portugal e Castela: a) (Maio) Incursão castelhana no Alentejo, proveniente de Badajoz; b) (17.06) Batalha naval de Saltes (perto do Guadiana): pesada derrota da frota portuguesa, destruída e aprisionada na sua quase totalidade pela frota castelhana; c) (Julho) Chega em Lisboa uma força expedicionária inglesa chefiada por Edmund, conde de Cambridge; d) (Julho e Agosto) Os castelhanos invadem Trás-os-Montes e apoderam-se de Miranda do Douro e de Mogadouro, a Beira, cercando e capturando Almeida, e o Alentejo, pondo cerco a Elvas; e) (Setembro) Os castelhanos retiram todas as suas frentes de batalha devido a questões internas; f) (Dezembro) Depois de meses de inatividade, o exército aliado inglês parte de Lisboa rumo ao Alentejo (ficam com fama de odiados ocupantes); g) (Dezembro) Morte do conde de Barcelos e Ourém. D. João Afonso Telo: seu patrimônio passa como herança para o conde de Barcelos, amante da rainha D. Leonor Teles.

1381-1382 — (Maio) 3a. Guerra fernandina entre Portugal e Castela (ver acima).

1382 — 3a. Guerra fernandina: a) Primavera e Verão — Diversas correrias e escaramuças quase sempre em território castelhano; b) (Março) Ataque da frota castelhana a Lisboa; c) (Agosto) Tratado de Elvas: D. Fernando I de Portugal e João I de Castela fazem a paz, sem vencedores nem vencidos. A infanta D. Beatriz, herdeira do trono português, pelo acordo, casaria com o herdeiro de Castela; d) (Setembro) O exército inglês reembarcou no Tejo a bordo de navios castelhanos que o transportou de regresso a Inglaterra. (?) Conspiração urdida pelo mestre de Avis, D. João e por Gonçalo Vasques de Azevedo contra o rei. É preso no castelo de Évora, D. João, mestre da Ordem de Avis e filho bastardo do rei D. Pedro I. Portugal, pela segunda vez, volta a se alinhar com Clemente VII na questão do Grande Cisma (ver 1378 e 1381). (Verão) Morte da rainha de Castela, D. Leonor (alteração do Tratado de Elvas).

1383 — (02.04) Tratado de Salvaterra de Magos: com a morte da rainha castelhana D. Leonor, a infanta D. Beatriz, com onze anos, passa como noiva do filho (infante) para o pai (rei de Castela). (Agosto) Cortes de Valhadolid: ratificação castelhana do casamento do rei com a infanta D. Beatriz. (Setembro) Cortes de Santarém: ratificação portuguesa do casamento da infanta com o rei castelhano. (22.10) Morte de D. João I de Portugal, o Formoso (tuberculoso), em Lisboa. Revolução em Portugal (1383-1385) e guerra contra Castela (1384-1385): a) (Outubro a Dezembro) D. Leonor Teles, a Aleivosa, viúva, torna-se regente de Portugal; b) (06.12) O conde Andeiro é assassinado em Lisboa e o povo da cidade é mobilizado para proteger o assassino — precisamente o mestre de Avis, D. João (filho do infante e rei D. Pedro e de Inês de Castro). A rebelião alastra-se pelo reino, o rei de Castela, João I (filho de Henrique II de Castela) invade Portugal, D. Leonor Teles foge da capital mestre de Avis é proclamado, revolucionariamente e contra a vontade, "Regedor e Defensor"; c) As ordens religiosas militares — com exceção da do Hospital — seguiram o mestre de Avis; d) (13.12) João I de Castela entra em Portugal e se apodera da Guarda; e) (Dezembro) Assembleia de São Domingos, em Lisboa

1383-1385 — Revolução em Portugal e guerra contra Castela (ver acima). Peste em Portugal.

1384 — Revolução em Portugal (1383-1385) e guerra contra Castela (1384-1385): a) (Janeiro) João I de Castela prende a regente D. Leonor Teles; b) (12.01) João I de Castela alcança Santarém, onde se detêm 4 meses; c) (14.02) Carta do mestre de Avis de missão ao Alentejo (pedindo auxílio financeiro para a guerra), dirigida aos concelhos de Montemor-o-Velho, Évora, Viana do Alentejo, Alvito, Vila Nova da Baronia, Alcáçovas, Portel, Beja, Serpa, Mértola, e a todas as vilas e lugares de Campo de Ourique, Odemira, Santiago de Cáceres, Sines e Torrão; d) (01.04) Concessão aos mesteirais de Lisboa; e) (06.04) Nuno Álvares derrota forças castelhanas nos Atoleiros; f) (Abril a Setembro) Escaramuças entre portugueses e castelhanos em vários locais do Alentejo (Évora, Vila Viçosa, Alandroal, Olivença, Elvas); g) (04.05) É concedida a Lisboa jurisdição cível e crime sobre os reguengos de Sacavém, Unhos, Frielas e Camarate; h) (Maio) O exército do arcebispo de Santiago de Compostela não consegue vencer a resistência da cidade do Porto e bate em retirada; i) (27.05) João I de Castela marcha sobre Lisboa, cerca a cidade e captura Almada. A recém-construída muralha fernandina conteve o avanço castelhano; j) (Junho) A frota portuguesa ataca a costa da Galiza; k) (Julho) A frota portuguesa, regressando a Lisboa, se envolve num combate com a frota castelhana no Tejo; l) (30.07) Almada, sitiada desde maio, se rende aos castelhanos, forçada pela sede; m) (03.09) Com seu exército dizimado pela peste, João I de Castela levanta o cerco a Lisboa e se retira para Castela; n) (06.10) O mestre de Avis isenta Lisboa de qualquer direito de importação de mantimentos e de exportação, por gentes suas, de mercadorias, doando também à cidade as suas carniçarias, paços das fangas da farinha e paços do trigo. Dias depois, isentava-a das jugadas, relogos e outros direitos reais e senhoriais; o) Nesse mesmo dia, no Paço Real de Lisboa, o mestre de Avis recebe formalmente o preito e a menagem dos representantes dos três estados; p) (Outubro) A causa do mestre de Avis já não é a de uns rebeldes que se ergueram contra Lisboa, mas a de Portugal contra Castela. O marco de prata em Portugal vale 36 libras. É eleito como mestre de Calatrava em Castela Pedro Álvares, filho do prior do Crato (Hospital), D. Frei Álvaro Gonçalves de Pereira e irmão de Nuno Álvares.

1385 — Revolução em Portugal (1383-1385) e guerra contra Castela (1383-1385): a) (03.03 a 10.04) Cortes de Coimbra. Os povos propõem que casamentos régios passem a ser matéria do Parlamento. Decidem, por eleição unânime (sob as ameaças do condestável D. Nuno Álvares Pereira, mestre da ordem do Hospital), que D. João, mestre de Avis será João I de Portugal; b) (Abril e Maio) Nuno Álvares Pereira consegue a adesão de quase todo o Minho, pela persuasão ou força das armas (Neiva, Viana do Lima, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Monção, Guimarães, Braga e Ponte de Lima); c) (30.05?) Batalha campal de Trancoso: vitória portuguesa; d) (14.08) Batalha de Aljubarrota (perto de Leiria): D. João I de Portugal e D. Nuno Álvares Pereira, mestre da ordem do Hospital, derrotam os castelhanos: o rei de Castela foge, seu exército é chacinado, e as cidades, vilas e praças que lhe eram fiéis apressam-se a render-se ao rei português; e) (Setembro) D. João I de Portugal doa ao concelho de Lisboa os concelhos e termos de Sintra, Mafra, Alenquer e Torres Vedras. Guerra entre Portugal e Castela (1385-1389): a) (Outubro) Um exército português de cerca de 1.000 lanças e 200 peões, comandado pelo condestável, invade a Estremadura

castelhana, passando por Badajoz, Almendral, La Parra, Zafra, Fuente del Maestre, Villagarcia de la Torre, Magacela e Villanueva de la Serena; b) (15 ou 16.10) Em seu regresso, o exército português é atacado nas margens do Guadiana (junto a Valverde de Mérida) por forças castelhanas comandadas pelo mestre de Santiago. A batalha, conduzida pelo condestável, resultou em vitória portuguesa. Poucos dias depois, Nuno Álvares reentrou triunfalmente em Elvas; c) (Dezembro) Nuno Álvares junta suas forças com o rei e põe cerco a Chaves, que se rende quatro meses depois.

1385-1389 — Guerra entre Portugal e Castela (ver acima).

1385-1433 — Reinado de D. João I de Portugal (início da dinastia de Avis), de Boa Memória.

1386 — Em Portugal, confirmação do privilégio da feira de Pinhel. Guerra entre Portugal e Castela (1385-1389): a) (Abril) Chaves se rende às forças do rei e de Nuno Álvares; b) (Maio) Bragança e Almeida caem diante das forças portuguesas. Nesse mesmo mês os portugueses invadem Castela, passando por Ciudad Rodrigo, Gata e Coria, que cercaram sem resultado; c) (09.05) Tratado de Windsor: integração da guerra de D. João I de Portugal na dos Cem Anos — a mais antiga aliança entre nações que o Ocidente conhece (reiteração da aliança de 1373); d) (Julho) D. João I reentra em Portugal; e) (25.07) Desembarque do duque de Lancaster na Corunha, com cerca de 3.000 homens; f) (24.10) Em Portugal, revogação provisória do aldeamento (medida para estimular o comércio); g) (01.11) O duque de Lancaster se encontra com João I de Portugal em Ponte de Mouro, na raia minhota.

1387 — Morte de Carlos II, o Mau, 20o. rei de Navarra. Morte de Pedro IV, o Cerimonioso, 14o. rei de Aragão. (02.02) D. João I de Portugal recebe em casamento a filha do duque de Lancaster, de nome Filipa. D. Filipa de Lancaster recebe Sintra de João I de Portugal, como arra. Guerra entre Portugal e Castela (1385-1389): a) (26.03) Os exércitos português e inglês invadem Léon, atravessando o rio Maçãs. Daí alcançam Alcañides, marchando para nordeste, por Tábara, Benavente, Roales e outros povoados; b) (16.05) Os exércitos português e inglês entram em Zamora; c) (04.06) Os exércitos português e inglês rumam para o sul, atingem Ciudad Rodrigo, reentrando em Portugal por Almeida; d) (Julho) Tratado de Trancoso entre o duque de Lancaster e o rei de Castela; e) (Setembro) Reembarque do duque de Lancaster com destino a Bayonne, pondo fim à intervenção inglesa na guerra entre Portugal e Castela de 1383-1393). (Verão) Correrias castelhanas no Baixo Alentejo.

1388 — Guerra entre Portugal e Castela (1383-1389): a) Correrias portuguesas no Melgaço; b) (Março) Os portugueses reconquistam Melgaço; c) (Dezembro) Os portugueses reconquistam Campo Maior; d) João I de Portugal reconquista todas as cidades, vilas e lugares que obedeciam a D. Beatriz e ao rei de Castela. Uns entregam-se espontaneamente (na Estremadura, Trás-os-Montes e entre Tejo e Odiana), outros, houve que tomá-lo à força (Chaves, Bragança, Almeida, Melgaço, Campo Maior).

1389 — Guerra entre Portugal e Castela (1383-1389): a) (Setembro) Após uma trégua de seis meses, os portugueses apoderam-se de Tuy; b) (29.11) Tratado de Monsão: estabelece uma trégua de três anos e a restituição mútua das terras conquistadas (Portugal cedeu Tuy e Salvatierra de Miño, recebendo em troca Olivença, Nôudar e Mértola (no Alentejo), e Castelo Rodrigo, Castelo Mendo e Castelo Melhor (em Ribacoa). Capítulo Geral da Ordem de Santiago, reunido em Alcácer, determinou que os mestres não dispusessem arbitrariamente dos bens da ordem a favor de quem quisessem, e que os freires não faltassem à obediência ao mestre, nem se eximissem ao desempenho de qualquer serviço. Cortes de Lisboa. Peste em Portugal.

1390 — (09.10) Morte de João I, 12o. rei de Castela, filho de Henrique II (Trastâmara) de Castela. Em Portugal, confirmação dos privilégios das feiras de Castelo Branco e Sertã.

1390-1392 — No Porto, juízes por El-Rei substituem os juízes eleitos (intervenção do poder central).

1390-1406 — Reinado (13o.) de Henrique III de Castela, filho de João I de Castela.

1391 — Pogroom na Espanha: os sermões de Fernán Martínez levam a população em todos os centros mais importantes da Espanha a massacrar todos os judeus encontrados que recusassem a converter-se. (31.10)

Nascimento de D. Duarte de Portugal, em Viseu. Cortes em Portugal. Em Portugal, confirmação dos privilégios das feiras de Pinhel (confirmado em 1386), Amarante e Coimbra.

